



MARIALVA

Professores estaduais decidem manter a greve e solicitam apoio dos vereadores

25 de outubro de 2016

Data	Fonte	Crédito da Imagem
25 de outubro de 2016	Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Marialva	

Antes do início oficial da sessão ordinária desta segunda-feira, os vereadores se reuniram com representantes da APP - Sindicato e com professores das escolas estaduais em Marialva. Na ocasião, Rosemary Pinheiro Lima, representante da APP - Sindicato do núcleo de Mandaguari em Marialva, falou sobre a decisão da categoria em manter a paralisação que se iniciou na segunda-feira, dia 17.

"Nossa greve não é ilegal e não é abusiva. Ela ocorre pela ruptura do governo em não cumprir um compromisso. A gente entende, então, que este governo se mostra: incorreto porque não paga o que deve. Não tem palavra porque desrespeita os acordos. Foi violento porque nos feriu no corpo e na alma no dia 29 de abril e também não foi honesto porque roubou nossa previdência, desviou recursos e está envolvido na Operação Quadro Negro e Operação Publicano", disse.

Ouçá a fala, na íntegra:

O presidente da Casa, Jefferson Garbuggio encaminhará ofício, em nome de todos os vereadores, ao governador Beto Richa e ao presidente da Assembleia Legislativa do Paraná Ademar Traiano solicitando a reabertura do diálogo entre a categoria e o Estado.

Pauta da greve:

Os professores e servidores lutam pela retirada das emendas da Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviadas pelo governo à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), que afetam o cumprimento da data-base, item conquistado na última greve da categoria no ano passado.

Outras reivindicações que estão na pauta são: a implantação e o pagamento dos atrasos das progressões e das promoções, que segundo a APP- Sindicato já somam R\$600 milhões; a equiparação do salário dos funcionários ao salário mínimo regional, o reajuste do auxílio transporte para funcionários contratados por meio do PSS (Processo Seletivo Simplificado); a retirada da falta do dia 29 de abril, data em que os professores suspenderam as aulas para participarem de um protesto.

Na pauta nacional, a categoria se firmou contrária à PEC 241, que prevê um teto para os gastos do governo federal, à MP 746, que trata da reforma do Ensino Médio, à Reforma da Previdência e ao PL 257, que propõe a renegociação das dívidas dos Estados com a União.